

Ata n.º 23/2021

Aos vinte e sete dias do mês de Março de dois mil e vinte e um, reuniu a Assembleia Geral de Irmãos da Santa Casa da Misericórdia de Figueira de Castelo Rodrigo, na sede da Junta de Freguesia de Figueira de Castelo Rodrigo, em cumprimento da convocatória enviada aos irmãos por circular datada de oito de março dois mil e vinte e um, para apreciarem e votarem: -----

----- Relatório de atividades e Contas de Gerência do ano de 2020; -----

---- Sendo catorze horas e não estando presentes o número suficiente de irmãos para se poder deliberar, esperou-se mais meia hora conforme estabelece o compromisso.-----

---- Às catorze horas e trinta minutos a Presidente da Assembleia-Geral, a irmã Cristina Marcelino dos Santos, face à ausência justificada de um dos seus membros, convidou a irmã Anabela Velho Correia Simão, para que a Mesa da Assembleia Geral ficasse completa. Composta a mesa, a presidente da Assembleia declarou abertos os trabalhos, tendo sido rezada uma Ave-Maria em louvor da padroeira Santa Maria de Aguiar e imediatamente de seguida, procedeu à leitura da convocatória, com a referência ao ponto da ordem de trabalhos. Procedeu, ainda à leitura da ata da última Assembleia Geral que seguidamente foi posta à aprovação, tendo sido aprovada por maioria e uma abstenção.-----

---- No cumprimento do ponto da Ordem de Trabalhos, foi lida a ata nº 25 da Mesa Administrativa, assim como o Parecer Favorável do Conselho Fiscal.-----

---- Concluídas as leituras, a Presidente da Assembleia Geral propôs à Assembleia Geral de Irmãos, que face à extensão das atas da Assembleia, que demoram imenso tempo a ler, que de futuro estas fossem remetidas aos irmãos juntamente com a convocatória, sendo apenas abordadas nas assembleias alguma sugestão ou correção e caso não existissem sugestões ou reclamações, a ata da Assembleia considerar-se-ia aprovada. A Assembleia aceitou unanimemente esta proposta. Seguidamente, a Presidente solicitou à Sra. Provedora, Irmã Júdice Silva, que apresentasse à Assembleia o Plano de atividades e as contas de Gerência do ano de 2020. A Irmã Judite Silva afirmou à Assembleia que foi um ano muito turbulento, sendo muito difícil dar cumprimento ao plano e às atividades previstas para os utentes. Com a pandemia do COVID-19, ficaram suspensas as saídas exteriores. A equipa de funcionários procurou respeitar ao máximo o plano, tendo levado a efeito várias atividades, salvaguardando o necessário distanciamento social. Referiu ainda o processo de candidatura da ERPI ao financiamento para as necessárias e ansiadas obras, as verbas propostas por cada um dos empreiteiros que concorreram e outrossim sobre a constituição do Júri. Mais referiu sobre o impacto das obras na qualidade de vida dos utentes e sobre o próprio funcionamento da instituição, que se viu forçada a avançar para o aluguer de contentores residenciais e também para a instalação da Cozinha. Foi ainda necessário contratuá-la com uma lavandaria da cidade da Guarda a limpeza das roupas da instituição, na fase da intervenção naquela parte da estrutura. A Mesa tem mantido um diálogo constante com o Empreiteiro e temos a expectativa de receber rapidamente a ala direita (apartamentos, cozinha, lavandaria e os quartos daquela zona). Mais frisou que a Instituição no presente momento tem seis vagas, que não poderá preencher por força das obras e outrossim, foi obrigada a criar uma zona com cinco camas para isolamento. Sempre que um utente passe pelo sistema nacional de saúde, ao regressar, fica em isolamento os dias estipulados pela legislação em vigor. Referiu ainda que no ano de 2020 a instituição pagou cento e cinquenta e sete mil euros ao Empreiteiro, não tendo recebido nada do Portugal 2020. Só agora, a instituição começou a receber os primeiros autos de medição remetidos. De seguida, analisou o mapa de despesas, que orçaram em 681.682, 13 euros e as receitas, que orçaram em 688.224,88 Euros, pelo que a Instituição obteve no ano de 2020, um saldo positivo de 6.542,75 euros.-----

---- Alertou ainda a Assembleia Geral que à medida que as obras vão avançando vão surgindo situações e contratempos a que urge dar resposta, o que a Mesa Administrativa vem fazendo. A título de exemplo referiu a situação das portas interiores dos quartos que não foram orçadas no orçamento da candidatura, pelo que a instituição terá que fazer face a essa despesa não prevista. Referiu ainda a situação da intervenção nas paredes dos quartos, que foram partidas para colocar novas tubagens que não foi acautelado no projeto de candidatura, pelo que caberá à instituição abonar a verba necessária para que não sejam visíveis os cortes.-----

---- A Presidente da Mesa perguntou à Assembleia se havia alguma questão que desejasse ver esclarecida, tendo solicitado a palavra o irmão Carlos Ribeiro para referir que no ano de 2020 na rubrica

Fornecimentos e Serviços houve um incremento de gastos da ordem de trinta mil euros, que estão relacionados com a aquisição de equipamento de proteção e higienização relacionados com o COVID-19. Frisou ainda que a instituição reduziu os encargos com o pessoal em cerca de dezanove mil euros, pois no ano de 2019 realizaram-se gastos extraordinários, com o pagamento de retroativos de cinco anos aos funcionários da ERPI.-----

----- Não havendo mais pedidos de esclarecimento ou intervenções, a Presidente da Mesa colocou a votação o Relatório de Atividades e contas de Gerência do ano de 2020, que foram aprovadas por unanimidade pelos membros da Assembleia-geral. -----

-----Seguidamente, a Presidente da mesa da Assembleia Geral interrogou a Assembleia se mais alguém pretendia fazer uso da palavra, tendo o irmão Jaime Russo solicitado e usado da palavra para pedir esclarecimentos sobre a ausência da totalidade das portas no mapa de quantidades que foi a concurso. A presidente da Mesa, retorquiu que por tudo aquilo que tinha entendido e havia sido abordado e esclarecido na última Assembleia Geral, a instituição não tem forma de responsabilizar alguém por tal lapso. Primeiro, porque beneficia na atual candidatura do financiamento máximo, pelo que não poderia ser contemplada com mais nenhuma verba. Segundo, porque o projeto tem vários anos, passou pela mão de múltiplos técnicos, nomeadamente do Município que colaboraram com a Santa Casa, seguindo as indicações do Executivo Municipal. Importa sim referir, que o lapso foi identificado e a instituição não será prejudicada, pelo bom entendimento que existe com o empreiteiro. Solicitou ainda a palavra o irmão António Madeira, com o intuito de fazer duas observações, a saber: a primeira pretendia saber se havia alguma vez sido pensado pela instituição a construção de uma ala completamente nova e posteriormente avançar-se para a recuperação da ERPI. Solicitou a palavra a Sra. Provedora tendo referido que tal projeto não poderia ser alvo de financiamento, no vigente quadro de apoios comunitários, que apenas se direciona para requalificações de ERPI's, pelo que a Mesa nunca teve presente o citado objetivo. O irmão António Madeira, abordou a segunda observação que no seu entender passa por mudar o paradigma e ao invés dos Pellets como solução que apenas permite o aquecimento no inverno, não podendo ser esquecido os meses de imenso calor a que a instituição está sujeita, avançando-se por exemplo para bombas de calor. Respondendo a esta segunda observação, a Sra. Provedora referiu que tal havia sido pensado, razão que justifica a instalação de mais de setenta painéis fotovoltaicos que produzirão energia. Solicitou a palavra o Irmão Paulo Santos, Vice-provedor, tendo explicitado à Assembleia de Irmãos que a situação enunciada pelo irmão António Madeira tinha já sido objeto de reflexão dos membros da mesa, tendo-se mesmo avançado com um projeto e orçamento para substituir a central de aquecimento a Pellets pela colocação de uma Bomba de Calor, que permite aquecer e arrefecer o ambiente da instituição. Este projeto não foi avante, pois consultado o Gabinete do Portugal 2020 a instituição recebeu parecer desfavorável, pois o projeto da nossa ERPI foi apenas contemplado por ter um enquadramento energético positivo e a substituição do inicialmente acordado implicaria o imediato fim do apoio com fundos comunitários e a devolução de verbas já recebidas. A esse fundamental aspeto acresce o facto de a mudança do projeto ter fortes implicações de custo para a instituição, pois implicaria a instalação de um PT, a substituição de todo a linha de abastecimento de energia, o que no conjunto orçaria em mais de cinquenta mil euros. Face a esta realidade, a Mesa Administrativa decidiu manter o projeto inalterado, na certeza que com um investimento bem mais diminuto, com a prevista colocação de painéis fotovoltaicos, com os equipamentos existentes e a sua gradual substituição, será possível arrefecer nos quentes verões a casa, algo que já é também garantido pela substituição levada a efeito nas janelas e no novo isolamento das paredes externas.-----

----- Não havendo mais qualquer intervenção por parte dos Irmãos, a Presidente da Mesa deu por encerrada a sessão, lavrando-se a presente ata que, depois de lida em voz alta, vai ser assinada pelos elementos que compuseram a Mesa.-----

Cristina Santos

Pedro Manuel Robinho Tavo

Arabela Velho Correia Silva